

SERVIÇO SOCIAL: uma análise de Gênero

*Érica Cardoso Amorim Campadonio**

*Sandra Moreira Costa de Carvalho***

RESUMO

O presente artigo tem como tema “O Serviço Social: uma análise de gênero”. Teve como objetivo discutir a influência das relações sociais de gênero no Serviço Social Brasileiro, mostrando a trajetória histórica da profissão e o contexto feminino na sua gênese. Baseia-se na divisão sexual do trabalho, evidenciando a emancipação e o contexto feminino, em um cenário de ruptura com o conservadorismo para um novo projeto profissional em um contexto de autonomia das mulheres.

Palavras-Chave: Divisão Sexual do Trabalho; Gênero; Serviço Social.

ABSTRACT

This article has as its theme "Social Work: a gender analysis". The purpose of this study was to discuss the influence of gender relations in the Brazilian Social Service, showing the historical trajectory of the profession and the feminine context in its genesis. It is based on the sexual division of labor, evidencing the emancipation and the feminine context, in a scenario of rupture with conservatism for a new professional project in a scenario of women's autonomy.

Keywords: Sexual Division of Labor; Genre; Social service.

I INTRODUÇÃO

O trabalho é a categoria fundante para se entender a sociedade e as relações sociais, em que desde a sociedade primitiva, há um milhão de anos a.C., o trabalho já era realizado com a extração da natureza para a utilização e sobrevivência do homem, onde o trabalho sempre foi visto como um requisito fundamental do ser social, e desde essa época que trabalho fora do lar era papel desempenhado pelo sexo masculino, e as mulheres cuidava da casa e da família. Ao decorrer dos tempos e avanços tecnológicos, o homem continuou se apropriando da natureza, porém passou a transformar em objeto socialmente útil e eram trocados por outros objetos e/ou alimentos para as subsistências da sua casa. Com a Revolução Industrial, o trabalho braçal foi substituído pelas máquinas, e o sexo feminino passou a ingressar no ambiente de trabalho, fora do meio privado, nesse contexto a mão de obra passou a ser trocada por salários mínimos que enriquecia os donos do capital, evidenciando a divisão social do trabalho, separando de forma clara a sociedade em duas classes: a dominante e a classe dos proletariados. Nesse embate entra as classes, em 1930 surge no Brasil o Serviço Social se institucionalizando e se legitimando profissionalmente, com a ajuda da igreja católica, para servir aos empresários, sendo incentivado pelo Estado para o regulamento das múltiplas expressões da questão social.

II GÊNERO E PROFISSÃO

Para Marx (1985), a divisão social do trabalho em particularidades produtivas constitui uma estrutura social na qual as classes dominantes (burguesia) comandam as classes dominadas (proletariado), ao determinar e se apropriar modo de produção da sociedade. Essa dominação é inquietante e acarreta um embate chamado de "luta de classes". Ainda segundo a teoria Marxista, relações sociais de sexo constituem um sistema, mas com interesses divergentes dentro das categorias de uma determinada sociedade em que os homens são criados para ser o provedor do lar, trabalhar para prover os sustentos de suas famílias e produzir, já as mulheres desde o seu nascimento tem cuidados e educações diferentes das dos homens, fazendo florescer uma diferença entre os sexos desde os ventres, exemplo disso são nas preparações dos enxovais, brincadeiras, cores de roupas e tarefas de casa, etc, isto é:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2009 pag.1)

A divisão conservadora que é imposta pela sociedade patriarcal afeta diretamente nas escolhas das profissões, e na dominação do homem sobre a mulher, porque desde a infância até a fase adulta se sentem superiores. Essa superioridade se evidencia entre os sexos quando o homem, ao ser comparado ao um macho, segundo escreveu Beauvoir (1967), é o poderoso, e a mulher ser comparada a uma fêmea é como se estivesse insultando-as, um xingamento, as diminuindo, ou seja:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

Entretanto, a diferença existente entre homem e mulher é socialmente construída, onde a sociedade ainda impregnada com o conservadorismo faz com o que as diferenças biológicas seja algo que determine a posição de cada sexo na sociedade, principalmente na divisão sexual do trabalho.

De um ponto de vista histórico, a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/trabalho doméstico; fábrica, escritório família) apareceu simultaneamente com o capitalismo, a relação salário só podendo surgir com a aparição do trabalho doméstico (deve-se notar de passagem que esta noção de “trabalho doméstico” não é nem aistórica nem transistórica; ao contrário a sua gênese é datada historicamente) Do nascimento do capitalismo ao período atual, as modalidades desta divisão do trabalho entre os sexos, tanto no assalariamento quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de maneira concomitante as relações de produção (KERGOAT 1989 p.95 apud CISNE 2015, pag. 121)

A divisão sexual do trabalho ficou explícita com a mudança no modo de produção. Na sociedade capitalista, patriarcal e conservadora, a mulher era inferior ao homem, e todas as atividades por elas apresentadas não eram valorizadas por ser uma vocação natural da mulher em ser dócil e ágil nas tarefas domésticas, que exige uma certa delicadeza para serem desenvolvidas.

Segundo Cisne (2015) a mulher, desde os anos 60 do século XX, que luta pela sua emancipação dentro de uma sociedade com o modo de produção capitalista, em que ela é duplamente explorada, porque além de desenvolver os afazeres domésticos ao qual foi orientada desde a sua gênese, trabalha “fora” pra auxiliar o marido nas despesas familiar e muitas vezes, mesmo que de forma empírica, o salário é para promover estudos de qualidades para que os filhos tenham um futuro melhor e com oportunidades de disputar nas universidades públicas com os jovens herdeiros da acumulação de riquezas do capital, que sempre tiverem os melhores aprendizados, pois o Estado não disponibiliza recursos de qualidade para que os salários das mulheres sejam aproveitados em outros fins.

O primeiro contingente feminino que o capitalismo marginaliza do sistema produtivo é constituído pelas esposas dos prósperos membros da burguesia ascendente. A sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das camadas inferiores. Muito pelo contrário, a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. (SAFFIOTI, 1979:36apud CARLOTO, 2002.)

A mulher por ser considerada o sexo frágil, são desvalorizadas na divisão sexual do trabalho. Os donos do capital se apropriam da fragilidade e as exploram, pois muitas estão em busca do primeiro emprego e de uma oportunidade para poder demonstrar que

são tão boas quanto os trabalhadores do sexo masculino. Para isso, aceitam condições deplorável de trabalho como cargas horárias excessivas para poder serem inseridas dentro dessa categoria que move a humanidade.

Cisne (2015) e Saffioti (1979) relatam sobre o impacto da revolução industrial na vida das mulheres, que até então trabalhavam apenas em seus lares. Diante disso vale ressaltar que dentro dessa transformação do modo de produção capitalista, a inserção das mulheres no mercado de trabalho, não afetou só as esposas dos proletariados, as primeiras damas também foram impactadas, todavia em um contexto diferente. Enquanto as mulheres da classe pobre eram duplamente exploradas porque trabalhavam nas fabricas e em casa, recebendo salários menores e com cargas horárias excessiva, as primeiras damas também eram engessadas no mundo do trabalho, mas com o objetivo de favorecer os donos do capital, na ideologia de amenizar as mazelas ocasionadas pelo novo modo de produção.

De acordo Cisne (2015) O sistema capitalista implantado na sociedade desde a revolução industrial expandiu a divisão sexual do trabalho onde as mulheres e crianças trabalhavam com a mesma carga horária que as dos homens e o salário eram menores, sem valorização nenhuma pelo seu trabalho. A divisão sexual do trabalho é resultado de um sistema patriarcal capitalista que por meio da divisão das classes entre os sexos, proporciona às mulheres um baixo prestígio social e as submetem aos trabalhos com mais precariedades bem como os mais desvalorizados. Analisando criticamente a feminização do trabalho e na divisão sexual, é ampliada em uma exploração sobre as atividades desenvolvidas por mulheres na esfera pública ou privada, seja com a produção social sendo realizada em menor custo na privada ou pela desvalorização com baixos salários na pública que são presentes no mundo produtivo do trabalho.

Ainda segundo a autora acima mencionada, a expansão da feminização no mercado de trabalho foi um processo amplo de transformação do capitalismo, que vem sendo identificado com processo de globalização e reestruturação produtiva, onde a mulher está se emancipando, conquistando a sua independência, liberdade e autonomia com a entrada no mercado de trabalho. A feminização não passa de uma ordem do capital, para desvendar quais os processos sociais como políticos e econômicos as determinam.

Portanto a divisão sexual do trabalho está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução. E a explicação pelo biológico legitima esta articulação. O mundo da casa, o mundo privado é seu lugar por excelência na sociedade e a entrada na esfera pública, seja através do trabalho ou de outro tipo de prática social e política, será marcada por este conjunto de representações do feminino (CARLOTO, 2001 pg. 04).

A cultura conservadora rotulou a mulher como a principal e única responsável pela educação e por todos os cuidados com os filhos e marido, a naturalização dessa cultura, impregnou na própria natureza, como se apenas a ela coubesse essas funções. Entretanto quando o sexo feminino transcende a essa realidade e lutam por iguais oportunidades dentro da categoria trabalho, se esbarram com os embaraços e contrariedade, ao defrontar-se com os descréditos da sua força de trabalho no domínio da sociedade capitalista, onde pregam uma educação sexista onde homens e mulheres desde a infância recebem tratamentos diferenciados que influenciará nas escolhas profissionais pelos sexos.

2.1. Gênero e Serviço Social

Algumas profissões, com base na divisão sexual do trabalho é denominada como feminina (as profissões das ciências naturais e do saber como professoras, enfermeiras, etc). Dentro dessas profissões eminentemente feminina, encontra-se o serviço social, que será a profissão analisada neste artigo. O Serviço social surgiu no Brasil a partir de 1930, oficializou-se como profissão, com a ajuda da igreja católica, para servir aos empresários, sendo incentivado pelo Estado para o regulamento da questão social. A profissão estudada é importante para sociedade por que o seu objeto de trabalho são as múltiplas expressões da questão social ocasionadas pelo modo de produção capitalista. Logo, após a revolução industrial, a necessidade de se oficializar para responder aos aumentos da pobreza, e deixar às práticas de caridade vinculadas a igreja católica e ao assistencialismo se tornou notória. As primeiras damas responsabilizavam-se pela assistência prestada aos pobres, o que demonstrava o vínculo entre a mulher e a execução e planejamento da assistência social e ao Serviço Social, e essa prática, impactou diretamente no preconceito do homem de se inserir em uma profissão denominada pela sociedade classistas e sexista, como uma profissão constituída por mulheres e para mulheres dentro da ideologia capitalista.

Atualmente o Serviço Social é uma profissão legitimada que rompeu com o conservadorismo e suas ideologias, após o congresso da virada, os ditadores foram substituídos pelos representantes da classe trabalhadora, mostrando o amadurecimento da categoria, que constituiu um novo perfil profissional, lei de regulamentação da profissão, o código de ética e as diretrizes curriculares de 1996. Mesmo rompendo com o conservadorismo, continuou uma profissão conservadora em relação à inserção do

homem na profissão pelo contexto histórico mencionado no texto, diante disto o Conselho Federal de Serviço Social (CEFSS) apresentou dados estatísticos que consta apenas 3% da categoria é do sexo masculino e 97% do sexo feminina. Desde as suas gêneses que o serviço social é constituído por mulheres, onde para a sociedade patriarcal a mulher possui características mais evidentes para exercer a profissão. Para explicar essa predominância do sexo feminino na profissão Iamamoto & Carvalho 2006 diz que:

Intelectualmente o Homem é empreendedor, combativo, tende para a dominação. Seu temperamento prepara-o para a vida exterior para a organização e para a concorrência. A mulher é feita para compreender e ajudar. Dotada de grande paciência, ocupa-se eficazmente de seres fracos, das crianças, dos doentes, a sensibilidade torna-a amável e compreensiva. (IAMAMOTO; CARVALHO 2006 pág. 171-172)

O homem historicamente é o provedor da família e a sua natureza tem temperamento forte para a vida exterior e de grandes lucros para suprir as necessidades de sua casa, por conta disso, eles procuram profissões em que o retorno seja de forma rápida. Ainda nos dias atuais a formação do profissional em Serviço Social exige um perfil adequado aos padrões morais conservadores onde a superioridade masculina, a repressão sexual, e os seus valores e princípios não permitem, a alguns dos homens que também são conservadores a ingressar nessa profissão com o contexto eminentemente feminino, onde o seu objeto de trabalho são as múltiplas expressões da questão social.

A gênese do Serviço Social é correlacionada com o fortalecimento do modo de produção capitalista, onde ressaltou a separação entre a classe dos burgueses e a classe trabalhadora, estimulando a dominação da burguesia sob o proletariado, determinando a relação capital-trabalho, no qual para assegurar a ampliação do capital, é imposto uma exploração da força de trabalho feminina, enfatizando a separação das classes sociais com expressões de exploração e de alienação, isto é, a burguesia, dono dos meios de produção, junta a riqueza que é produzida pelos trabalhadores, repassando o mínimo como salário para a classe subalterna que pouco dá para a sua sobrevivência.

No meio dessa nociva distribuição de renda, em que a burguesia acumula mais riquezas e os proletariados sobrevive com o mínimo, surge à necessidade de uma intervenção para mediar os conflitos entre as classes, o Estado tem o controle das divergências, beneficiando os interesses capitalistas. Nesse antagonismo entre as classes, surge a necessidade de profissionais especializados para garantir os interesses burgueses, nas quais as mulheres, por prestar caridade aos pobres e já terem entrosamento com os mesmos, foram alvo do capital para controlá-los, e assim favorecer a burguesia

É, pois, nesse terreno do capitalismo monopolista que há a emersão do Serviço Social como profissão. Dessa forma, percebe-se que o Serviço Social não surge de uma racionalização da assistência social, ou seja, de uma simples evolução linear da caridade, uma evolução da ajuda, mas emerge das condições histórico-sociais concretas na ordem monopólica, dos seus processos econômicos, sociopolíticos e teórico-culturais (CISNE 2015 pag. 37)

Nesse contexto, o Serviço Social, que é constituído com a presença maciça de mulheres, é convocado para intervir na incompatibilidade do capital com o trabalho, sendo o Estado, cooptado para contratar as assistentes sociais para garantir os interesses dos burgueses, para controlar a classe trabalhadora em relação aos avanços das expressões da questão social, manifestada principalmente nas diferenças econômicas, sociais, políticas, e culturais dentro da sociedade capitalista.

[...] historicamente a questão social tem a ver com a emergência da classe operaria e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, e, em especial pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do estado para o reconhecimento e a legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos. (Iamamoto 2001 pág. 17)

Segundo Iamamoto e Carvalho (2006), “questão social são as expressões do processo de formação e desenvolvimento dos operários, exigindo o reconhecimento como classe por parte do empresário e do Estado”, isto é, o surgimento do dia a dia na vida social, é a incompatibilidade entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção que vai além da caridade e repressão, intervenções voltadas para as desigualdades de gênero, raça e principalmente classe, e o sexo feminino, por serem trindades desde a infância para tarefas voltadas a cuidar do lar e da família, com zelo e delicadeza foram convocadas para trabalhar de forma oficial nessas incompatibilidades entre a classe dominante e a dominada, de forma que sempre favorecia a classe dominante.

Os Assistentes Sociais da década de 30, recém-formados, eram inseridos na divisão social e técnica do trabalho, tornaram-se trabalhadores assalariados, e passaram a trabalhar com as políticas públicas conservadoras, sendo supervisionado pela burguesia para apaziguar conflitos, nas mudanças de hábitos das famílias dos proletariados, com o objetivo de controlar os comportamentos, promover a inserção dentro de uma ordem social pré-estabelecidas, onde Faleiros (2005) explica que os Assistentes Sociais trabalhavam na regularização dos casais com os casamentos, nas certidões de nascimento das crianças e na harmonia dessa nova classe organizada para torná-los bons operários e

com boas famílias, sendo assim as demandas foram ampliadas, e as moças já não davam mais conta dos trabalhos, por isso que as escolas de Serviço Social, abriram vagas para o sexo masculino na profissão..

No entanto, é importante situar que ocorreu transformações no mundo do trabalho e com esse processo de mercantilização a força do trabalho passaram a ser compradas, acompanhando esse processo a uma purificação do portador de qualificação que foram desempenhados pelas escolas em um papel essencial para a viabilidade de todo processo. O portador dessa qualificação não é mais necessariamente uma moça da sociedade que eram seguidoras do apostolado social. Essa transformação se deu num componente de força de trabalho, com qualificação englobada na divisão social-técnica do trabalho possibilitando o englobamento de homens na profissão, que mesmo com uma “vocação natural” advinda da igreja católica e das obras de caridades que as primeiras damas exerciam, em que o capital se apropriou deste conjunto de qualidades que beneficiaria os seus interesses, e configurou o Serviço Social como uma profissão de mulheres, com qualidades adequadas e que exigia a sociedade patriarcal, ou seja:

O Assistente Social deveria, assim: ser uma pessoa da mais íntegra formação moral, que a um sólido preparo técnico alie o desinteresse pessoal, uma grande capacidade de devotamento e sentimento de amor ao próximo; deve ser realmente solicitado pela situação penosa de seus irmãos, pelas injustiças sociais, pela ignorância, pela miséria, e a esta solicitação devem corresponder as qualidades pessoais de inteligência e vontade. Deve ser dotado de outras tantas qualidades inatas, cuja enumeração é bastante longa: devotamento, critério, senso prático, desprendimento, modéstia, simplificando, comunicatividade, bom humor, calma, sociabilidade, trato fácil e espontâneo, saber conquistar a simpatia, saber influenciar e convencer etc. (IAMAMOTO; CARVALHO, 2006, p. 221).

De acordo com Cisne (2015) “os papéis e ou qualidade de gênero feminino a profissionalização das mulheres, foi incorporada com naturalidade pelos assistentes sociais”. O levantamento social a respeito da mulher, de ter a inclinação espontânea para a caridade, e facilidade em ter compaixão, foi usada para intervir nas ações dos operários como uma organização política, sendo estratégia do capital para se manter no controle e nos acúmulos de riquezas. A sociedade patriarcal, sexista e classista, dividiu o que é trabalho para homes e o que é trabalho de mulheres, e toda a responsabilidade que eram designadas as mulheres dentro da divisão sexual do trabalho, analiticamente é uma construção histórica, com ênfase nos preconceitos e desigualdades pré-estabelecido nas diferenças de gênero e vinculado as ambições dos burgueses.

De acordo com Barroco (2010) as primeiras mulheres que se vinculavam-se as escolas de Serviço Social, tem sua origem dos pensamentos católicos e pertencem às

classes dominantes e por ser da burguesia e católica são influenciadas pelos padrões morais, e por essas pioneiras terem um perfil conservador e a influência do gênero interferem na formação de um perfil potencialmente adequado as atividades educativas e de cunho moralizador. Diante disso, o Serviço Social é voltado para uma ação educativa, por isso a sua formação moral é baseada para o conservadorismo católico, no qual historicamente as mulheres tem uma natureza educativa e caridosa e a base era fundamentada nos princípios cristãos. Os Assistentes Sociais, da gênese da profissão, foram treinados para esta aptos a agir com firmeza e perseverança na tarefa de reeducação das classes baixas e necessitadas.

Os aspectos ético-político, tradicional, moral e ideológico do Serviço Social Brasileiro, suas influencias feminina e a nova moralidade profissional, que a princípio era totalmente voltado para os interesses da burguesia e a igreja católica, que depois dos movimentos sociais teve a necessidade de romper com o conservadorismo moral e tradicional, e direcionar o atendimento a classe trabalhadora que eram impactadas com as expressões da questão social.

O Serviço Social ao se legitimar como profissão, tornou-se visível a necessidade de documentar a ética profissional, pelo fato de não trabalhar apenas com os aspectos físicos, mas com as mazelas ocasionadas pelas múltiplas expressões da questão social que se firmou, com o amadurecimento da profissão, como seu objeto de trabalho.

Analisando criticamente os códigos de éticas e suas evoluções, segundo Barroco (2010) o de 1947, registrou-se como primeiro código de ética dos assistentes sociais, diante disto, as intercorrências ocasionadas pelo contexto histórico, dificultou a ruptura de imediato com o conservadorismo, em que esse código era totalmente vinculado com a igreja católica, e as suas doutrinas, o código de 1965 foi publicado em uma conjuntura de revoluções contra as repressões, e os movimentos sociais ganharam forças favorecendo ao Serviço Social com a intenção de ruptura com o conservadorismo, já no código de 1975, houve um retrocesso, onde foi retirado do Assistente Social a patente de um profissional liberal, e o Estado voltou a intervir com a ideologia de manter a ordem social, Já na década de 80, em resposta as manifestações sociais, que buscavam a redemocratização da sociedade, o Serviço Social adotou uma nova postura política, ética e teórica, onde passou a utilizar a teoria critica marxista, para responder os interesses da classe dominada, e ajudou na inserção da divisão social e técnica do trabalho. Nessa mesma época o projeto ético político começou a se materializar, sendo construído coletivamente, proporcionando uma nova postura ética, comprometida com o coletivo como um projeto societário, que permitiu a categoria vestir uma nova ética para construir

em 1983 e efetivar em 1986 um novo código de ética que exigiu dos profissionais uma postura comprometida para atender aos interesses dos proletariados, fundamentando-se em uma visão histórica e na teoria crítica marxista.

Na década de 1990, o Serviço Social assume o seu posicionamento com um novo redirecionamento ideológico-político, e atinge a maturidade, com a concretização do novo projeto profissional, que representou o alicerce do projeto de ruptura com toda a tradição e pensamento conservador, firmando o compromisso com os trabalhadores e a classe pobre, tendo como valores a liberdade e um dos seus princípios adotados foi o posicionamento contra todas as discriminações de gênero. Em 1993, o código de ética foi revisado, para não ficar vestígios do conservadorismo presente no início da profissão, e coletivamente foi debatido sobre a ética e a prática profissional nas instituições públicas e privadas.

Na atualidade com todos os embasamentos teóricos, político e narrativos na luta contra todas as formas de preconceitos, o CFESS lançou uma campanha em apoio ao Conferência de Políticas das Mulheres, os "Assistentes sociais lutam pela autonomia e emancipação das mulheres", pois os profissionais registrados nos conselhos, devem defender no seu fazer profissional e colocar em prática o que diz o projeto ético político, que é voltado para a sociedade e que tem como princípios a "justiça social, a liberdade, a autonomia, o aprofundamento da democracia, o combate a todo tipo de opressão e discriminação", ou seja, deve respeitar e atender o usuário independentemente do gênero, classe, raça/etnia, orientação sexual ou identidade de gênero, atendendo com respeito e equidade todos os seres humanos, dentre eles, as mulheres, categoria analisada neste estudo para que possam desfrutar da herança humana socialmente formada, com garantia do acesso universal aos direitos, sem hierarquias, sem desigualdades, sem dominação e sem exploração de uma sociedade impregnada de preconceitos sexistas pré-estabelecidos.

III CONSIDERAÇÕES FINAIS

O serviço social é importante para sociedade por que trabalha com as múltiplas expressões da questão social ocasionadas pelo modo de produção capitalista. Logo, após a industrialização, as demandas se multiplicaram, e a necessidade de se institucionalizar como profissão, e deixar as práticas de caridade vinculadas a igreja católica e ao assistencialismo tornou-se explícita. As primeiras damas responsabilizavam-se pela assistência prestada aos pobres, o que demonstrava o vínculo entre a mulher e a execução e planejamento da assistência social, essa prática, entretanto, impactou

diretamente no preconceito do homem de se inserir em uma profissão denominada pela sociedade patriarcal, como uma atividade para mulheres dentro da ideologia capitalista.

Assimilou-se que o contexto histórico influenciou para que o Serviço Social no Brasil se constituísse como uma profissão eminentemente feminina, porque na sua gênese o homem independente da classe social, era voltado para as tarefas públicas e as mulheres para as atividades privadas no lar, e a sociedade era impregnada de preconceitos, que coagia a emancipação da mulher para os trabalhos fora de casa, e as tarefas domésticas eram vistas como uma vocação natural das mulheres.

Diante disto a história do Serviço Social no Brasil vem se constituindo com predominância de mulheres. O Conselho Federal de Serviço Social fez em 2004 uma contagem para demonstrar o perfil dos Assistentes Sociais, outra pesquisa foi realizada em 2014 dessa vez por região, e ainda assim reafirmou esse perfil feminino da profissão, mas que contribuiu ao longo da história profissional com a emancipação tão desejada para as mulheres.

Conclui-se que a profissão rompeu com o conservadorismo nas práticas profissionais, mas em relação ao contexto feminino, o conservadorismo moral ainda predomina, pois na docência e entre os discentes, dos cursos para obter o título de bacharel em Serviço Social, ainda que empiricamente a predominância é de mulheres. Portanto para que essa pesquisa seja ampliada é necessária uma atualização anual do perfil profissional pelo sexo, pois o que tem que predominar na profissão é o contexto de ruptura com todas as formas de preconceitos efetivada no Projeto Ético Político, colocando em prática a justiça social, inclusive no que diz respeito ao perfil profissional, salientando que não são os conselhos regionais e federais que impedem a inserção masculina, mas sim os condicionantes de uma sociedade classista e sexista.

IV REFÊRENCIAS

BARROCO, M. L. S. **Ética e Serviço Social Fundamentos Ontológicos**. 8. ed. São Paulo, Cortez, 2013.

_____ Fundamentos éticos do Serviço Social. **Serviço Social: Direitos Sociais e Competência Profissionais**. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8QQ0Gyz6x815V3u07yLJ.pdf>
Acessado em: 16/11/17

_____ Ética: Fundamentos sócio histórico. 3 eds. Vol. 4 Cortez 2010

BEAUVOIR S. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. 2ª Edição. Editora Difusão Europeia do Livro, 1967.

BRASIL, CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CEFSS). Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf. Acessado em: 20 de set. 2016.

CARLOTO, C M. **O Conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais**, Paraná (PR), Editora: UEL; 2001.

_____. **Gênero, reestruturação produtiva e trabalho feminino**. Em: **Serviço Social em revista, Londrina**, v. 4, nº2, 2002. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v4n2_carlotto.htm>. Acessado em: 20 de set. 2017.

CFESS (Org.). **Assistentes sociais no Brasil: elementos para o estudo do perfil profissional**. Brasília: CFESS, 2005. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtu- al2006.pdf>. Acesso em: 06 out. 2017.

CISNE, M. **Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil**. 409 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
_____. **Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

FALEIROS, V de P. **Estratégias em Serviço Social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2005

IAMAMOTO, M V. A questão social no capitalismo. **Revista Temporalis, nº 3, 2001 ABEPSS**.

IAMAMOTO, M; CARVALHO, R. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

KERGOAT, D. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. In: HIRATA, Helena [et al.] (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

*Bacharel em Serviço Social pela Faculdade Regional da Bahia (UNIRB). E-mail: ericacamorim@gmail.com.

**Assistente Social da Secretaria Municipal de Saúde, Professora do curso de Serviço Social na graduação e pós-graduação: UNIJORGE, UNIFACS, UNIME, FIB e UNIRB. MBA em Gestão da Saúde e Administração Hospitalar e Mestre em Política Social e Cidadania pela Universidade Católica de Salvador. Coordenadora do Grupo de estudos sobre População em Situação de Rua, vinculado a Defensoria Pública de Direitos Humanos Estadual de Salvador. E-mail: sandramoreiracosta@gmail.com.

